

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CARUANA S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

I. CARUANA S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.541, 11º andar, conjunto 112 - parte, CEP: 04.578-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.882.656/0001-24, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado,

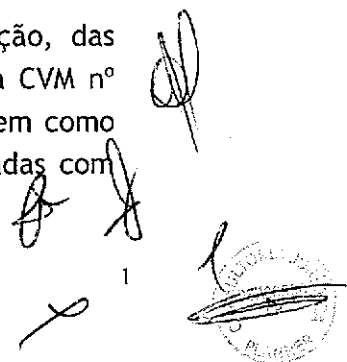
II. PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, CEP: 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), nomeado neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente 1ª (primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Emissora ("Debenturistas" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

(a Emissora e o Agente Fiduciário são conjuntamente denominados como "Partes" e, individualmente, como "Parte")

celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Caruana S.A. Participações e Empreendimentos" ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), nos termos e condições abaixo.

I. AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

1.1. A Emissão e a oferta pública, com esforços restritos de distribuição, das Debêntures ("Oferta Restrita"), a ser realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), bem como a concessão da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), serão realizadas com

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is circular with text around the perimeter, possibly a notary or official seal. There are several handwritten marks, including what looks like a signature and some initials.

base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 15 de dezembro de 2014 ("AGE"), nos termos do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

II. DOS REQUISITOS

A Emissão somente será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação

2.1.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços ("DCI"), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Inscrição e Registro da Escritura na JUCESP

2.2.1. Esta Escritura deverá ser protocolada e registrada na JUCESP como condição precedente para a subscrição das Debêntures, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Eventuais aditamentos a esta Escritura deverão ser protocolados na JUCESP em até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura, conforme disposto no artigo 62, Parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura devidamente arquivada, bem como a via original dos respectivos aditamentos devidamente registrados, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da obtenção do respectivo registro junto à JUCESP.

2.3. Registro do Contrato de Cessão Fiduciária

2.3.1. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) deverá ser registrado pela Emissora em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Cidade e Estado de São Paulo e da sede do Agente Fiduciário ("CRTDs"). A Emissora compromete-se a enviar, ao Agente Fiduciário, uma via original do Contrato de Cessão Fiduciária e de seus respectivos aditamentos devidamente registrados nos CRTDs em até 10 (dez) Dias Úteis contados da obtenção dos respectivos registros.

2.3.2. A Emissora deverá averbar a Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo) nos livros societários da Caruana Financeira (conforme definida abaixo), e entregar uma cópia autenticada de tal averbação societária ao Agente Fiduciário com a comprovação de tal averbação em até 10 (dez) Dias Úteis após a primeira data de subscrição das Debêntures.



2.3.3. A comprovação do registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos CRTDs e da averbação da Cessão Fiduciária no Livro de Registro de Ações Nominativas da Caruana Financeira, nos termos dos itens 2.3.1 e 2.3.2 acima, é condição para realização da emissão, subscrição e integralização das Debêntures.

2.4. Dispensa de Registro da Oferta na CVM

2.4.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição, não sendo objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta Restrita e a comunicação de seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476, respectivamente.

2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

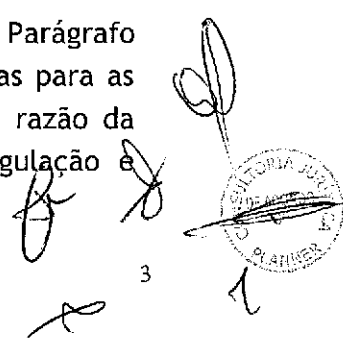
2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"); e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), e nos termos do Artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures.

2.5.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e sua negociação nos mercados regulamentados de valores mobiliários somente poderá ocorrer depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos Artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no Artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.6. Registro da Oferta na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.6.1. Não obstante o quanto disposto no Parágrafo Primeiro, inciso (i) e Parágrafo Segundo do Artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e


3

Melhores Práticas, nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita somente será objeto de registro para fins de informar a base de dados na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), desde que expedidas as diretrizes até o envio de comunicado de encerramento da Oferta Restrita.

III. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social única e exclusivamente a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.2 Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 100 (cem) debêntures ("Debêntures").

3.6 Agente de Liquidação e Escriturador Mandatário

3.6.1. O agente de liquidação e escriturador mandatário da Oferta Restrita será a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 - grupo 205, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91 ("Agente de Liquidação" e "Escriturador Mandatário", cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de Agente de Liquidação e de Escriturador Mandatário previstos nesta Escritura).



3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos captados por meio da presente Emissão, livres de impostos e despesas de distribuição das Debêntures, serão integralmente utilizados pela Emissora para subscrever e integralizar ações de emissão de sua controlada, a Caruana S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.313.766/0001-09 ("Caruana Financeira").

3.8 Colocação e Procedimento de Distribuição

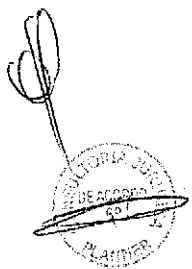
3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, de acordo com os procedimentos da Instrução CVM 476, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, com a intermediação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Coordenador Líder"), que efetuará a distribuição sob o regime de melhores esforços de distribuição, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Caruana S.A. Participações e Empreendimentos" ("Contrato de Colocação").

3.8.2. Poderá ocorrer a distribuição parcial das Debêntures no contexto da Oferta Restrita, sendo que a manutenção da Oferta Restrita está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 10 (dez) Debêntures, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Colocação Parcial"), dentro de prazo de distribuição previsto no Contrato de Colocação.

3.8.2.1. Caso não haja a adesão na quantidade mínima exigida pela Colocação Parcial, a Oferta Restrita será cancelada pela Emissora, e os valores eventualmente integralizados devolvidos aos respectivos subscritores, sem qualquer acréscimo ou correção monetária, de acordo com os procedimentos do Escriturador Mandatário.

3.8.2.2. No ato da adesão da Oferta Restrita o Investidor Qualificado poderá, por meio do boletim de subscrição das Debêntures condicionar sua participação na Oferta Restrita à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas ou (ii) do montante mínimo, indicando, ainda, caso seja implementada a Colocação Parcial, se pretende (a) receber a totalidade das Debêntures subscritas ou (b) uma quantidade equivalente à proporção entre o número de Debêntures efetivamente distribuídas e o número de Debêntures originalmente ofertadas, presumindo-se, na falta de manifestação, o interesse do Investidor Qualificado em receber a totalidade das Debêntures subscritas.

3.8.2.3. Respeitado o disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.2.2 acima, imediatamente após



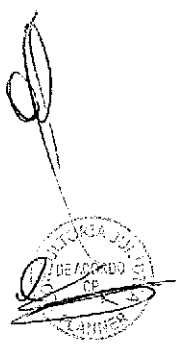
o término do prazo de distribuição de 6 (seis) meses, contados da assinatura desta Escritura, conforme previsto no Contrato de Colocação, a Emissora deverá, em conjunto com o Agente Fiduciário, aditar os Documentos da Emissão, conforme necessário, para ratificar o valor final da Oferta Restrita e a quantidade final de Debêntures efetivamente emitidas e colocadas, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora.

3.8.3. O Coordenador Líder organizará a distribuição, com esforços restritos, das Debêntures perante Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476, o qual será fixado mediante atendimento dos seguintes termos:

- I. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
- II. o público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Qualificados;
- III. nos termos da Instrução CVM 476 todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados;
- IV. será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados;
- V. as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
- VI. as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- VII. serão levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, assim como as determinações da Emissora, sendo que o Coordenador Líder (i) compromete-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observará os limites descritos nos incisos IV, V e VI acima;
- VIII. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de

R

X



garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário;

- IX. no ato da subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado interessado na subscrição das Debêntures deverá entregar ao Coordenador Líder declaração devidamente assinada, em termos e condições aceitáveis ao Coordenador Líder, afirmando estar ciente e concordar, especialmente, mas não limitadamente, que: (i) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada perante a ANBIMA; e (iii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável, nesta Escritura; e
- X. não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

IV. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 19 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 67 (sessenta e sete) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 19 de julho de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e vencimento antecipado, nos termos dos itens 4.7 e 5.1 abaixo. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de

Handwritten signatures and a circular stamp of Vitoria Jure. The stamp contains the text "VITORIA JURE" and "PLANO". There are also handwritten numbers "7" and "1" near the signatures.

certificados.

4.1.5. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.6. *Conversibilidade*

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7. *Espécie*

As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do Artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

4.2. *Subscrição*

4.2.1. *Prazo de Subscrição*

As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo a partir da data de início da Oferta Restrita, na forma dos artigos 7-A e 8º da Instrução CVM 476 e, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Colocação ("Data de Subscrição").

4.2.2. *Preço de Subscrição*

O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização.

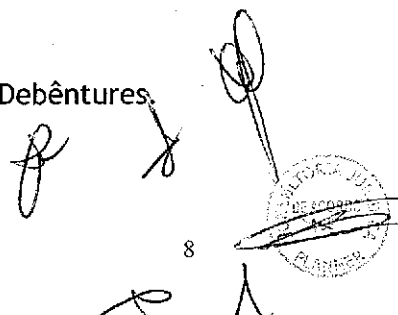
4.3. *Integralização*

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.4. *Atualização do Valor Nominal Unitário*

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

8

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures in black ink. To the right of these signatures is a circular stamp. The stamp has text around its perimeter, including "VALOR A JURO" at the top, "DE COTIZAÇÃO" on the left, "PLANO" at the bottom, and "8" on the right. The center of the stamp contains some illegible text and a signature.

4.5. Juros Remuneratórios das Debêntures

4.5.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas, diariamente, pela CETIP no informativo disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do percentual de 1,00% (um inteiro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Spread" ou "Taxa", sendo, em conjunto com a Taxa DI referidos como "Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta, de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

4.5.2. Os Juros Remuneratórios serão devidos nas seguintes datas, observado o quanto disposto no item 4.12.2: 30 de junho de 2016, 30 de junho de 2017, 30 de junho de 2018, 30 de junho de 2019 e na Data de Vencimento.

4.5.3. Farão jus aos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares das Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento dos Juros Remuneratórios.

4.5.4. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

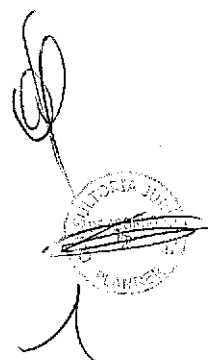
$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde:

J = Valor unitário dos Juros Remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com



arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

Onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1;$$

onde:

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

spread = 1,0000;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- (i) Para efeito de cálculo, será sempre considerada a Taxa DI com 1 (um) Dia Útil de defasagem em relação à data de cálculo (exemplo: para o dia 05, será considerada a Taxa DI do dia 04, pressupondo-se que tanto os dias 04 e 05 são Dias Úteis, e que não houve nenhum dia não útil entre eles);
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (vi) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.5.5. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização ou na data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme aplicável, no caso dos demais Períodos de Capitalização; e termina na data de pagamento de Juros Remuneratórios (exclusive) do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.5.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua

substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção, e não substituição pelas autoridades competentes no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência de qualquer um dos eventos previstos no início deste item 4.5.7, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, com o seguinte objetivo:

- I. definição, de comum acordo entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures em circulação, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor; e/ou
- II. definição, de comum acordo entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures em circulação, de um novo cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, que não deverá exceder a Data de Vencimento das Debêntures. Caso o cronograma aprovado pelos Debenturistas preveja a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada *pro rata* entre os titulares das Debêntures em circulação e a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios será aquela estabelecida nesta Escritura.

4.5.7.1. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, acrescida do Spread, calculada *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.7.2. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.5.7 acima não seja realizada ou, sendo realizada, não haja aprovação pelos Debenturistas quanto às matérias previstas nos incisos I e II do item 4.5.7, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data prevista para a realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis* no respectivo Período de Capitalização. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.5.8. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.5.7 acima, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida assembleia não mais será realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6. Amortização

4.6.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento.

4.7. Resgate Antecipado Facultativo

4.7.1. A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado").

4.7.1.1. O Resgate Antecipado será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios e Multa (conforme definido abaixo), se for o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado, sem o acréscimo de qualquer prêmio, mediante o envio de notificação direcionada à totalidade dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP, com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, que conterá as condições do Resgate Antecipado. O Resgate Antecipado será operacionalizado de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.7.1.2. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

4.7.1.3 A CETIP, por meio de carta da Emissora que contenha a ciência do Agente Fiduciário acerca do assunto, deverá ser comunicada sobre a intenção de a Emissora realizar Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.7.2. Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures pela Emissora.

4.8. Aquisição Facultativa

4.8.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios aplicáveis às demais Debêntures em circulação.

4.9. Repactuação Programada

4.9.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.10. Garantia Real

4.10.1. Para assegurar o cumprimento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nos Documentos da Emissão, as Debêntures contarão com a cessão fiduciária dos direitos de recebimento do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio e qualquer outra distribuição de lucros feita em espécie, que vierem a ser declarados ou pagos pela Caruana Financeira à Emissora, em decorrência da titularidade, pela Emissora, das ações da Caruana Financeira, limitado ao valor equivalente a 1/5 (um quinto) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido do valor equivalente a uma parcela de Juros Remuneratórios vincenda ("Cessão Fiduciária"), nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária", e em conjunto com a ata da AGE e a Escritura de Emissão, os "Documentos da Emissão").

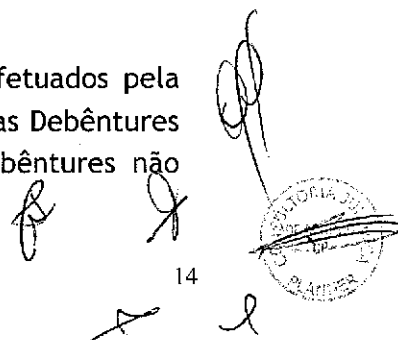
4.11. Classificação de Risco

4.11.1. Não haverá classificação de risco (*rating*) para as Debêntures.

4.12. Condições de Pagamento

4.12.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.12.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não



estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede do Escriturador Mandatário; ou (b) pela instituição financeira contratada para este fim, conforme o caso.

4.12.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação, com cópia para a Emissora e para o Coordenador Líder, em até 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, a documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

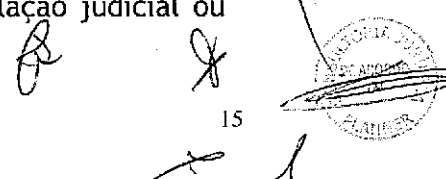
4.12.1.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 4.12.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação, Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.12.2. *Prorrogação dos Prazos*

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil, sábado ou domingo, ou, ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil.

4.12.3. *Encargos Moratórios e Multa*

Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou



extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios e Multa").

4.12.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.12.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.13. Publicidade

4.13.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal DCI, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário e à CETIP qualquer publicação, na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário, informando o novo veículo.

V. DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens 5.1.1 a 5.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- I. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo vencimento;
- II. inadimplemento, pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura ou nos demais Documentos da Emissão, que (i) não seja sanado no prazo de cura específico; ou (ii) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data do descumprimento;
- III. apresentação de: (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, independentemente de seu deferimento, (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Caruana Financeira, ou

pedido de falência da Emissora e/ou Caruana Financeira formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (c) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou Caruana Financeira, e/ou (d) intervenção do Banco Central do Brasil na Caruana Financeira;

- IV. cessação, pela Caruana Financeira, de suas atividades empresariais ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- V. não destinação, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Emissão nos termos desta Escritura;
- VI. transformação da Emissora de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- VII. cisão, fusão, incorporação (incluindo-se incorporação de ações) ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto (i) se previamente autorizada pelos titulares das Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas, representando maioria simples das Debêntures em circulação ou (ii) pela incorporação pela Emissora da empresa CAFAC Sociedade de Fomento Comercial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.224.487/0001-84, que fica desde logo autorizada;
- VIII. alteração do controle acionário (conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ("Controle"), direto ou indireto, da Emissora e/ou da Caruana Financeira;
- IX. redução do capital social da Emissora e/ou da Caruana Financeira, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado por, no mínimo, Debenturistas representando maioria simples das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tal finalidade;
- X. alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou da Caruana Financeira para alterar substancialmente as atividades atualmente desenvolvidas pelas referidas sociedades, sem a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas, representando maioria simples das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade ou exceto caso a Emissora venha a contemplar em seu objeto social as atividades próprias de bancos múltiplos nos termos da legislação aplicável e conforme prévia autorização do Banco Central do Brasil, o que fica desde já autorizado; e



XI. vencimento antecipado ou inadimplimento de quaisquer obrigações da Emissora e/ou da Caruana Financeira, (a) decorrentes de contratos financeiros, junto a instituições financeiras ou decorrentes de operações de mercado de capitais, ou (b) decorrentes de qualquer dívida líquida, certa e exigível, não garantida por depósito judicial em seu valor integral, em ambos os casos em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos (conforme aplicável).

5.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos I ou III do item 5.1 acima, não sanado nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que o Agente Fiduciário, tão logo ciente, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento dos valores informados no item 5.1.4 abaixo.

5.1.2. Na hipótese de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nos demais incisos do item 5.1 acima, o Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora para que cumpra com a obrigação inadimplida no prazo de até 10 (dez) dias contados de tal notificação. Caso o descumprimento da obrigação não seja sanado, pela Emissora, dentro do prazo de cura, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do término do prazo de cura, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, que dependerá do voto de Debenturistas representando por maioria simples das Debêntures em circulação.

5.1.3. Caso, uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar pela não decretação do vencimento antecipado conforme o item 5.1.2 acima, o quórum de deliberação referido no item anterior não seja atingido, ou caso não haja instalação da Assembleia Geral, em segunda convocação, por falta de quórum mínimo ou por ausência completa de Debenturistas, as Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas.

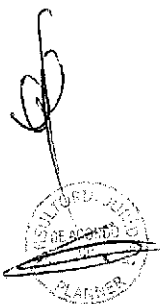
5.1.4. Havendo o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar o Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, sob pena de incidência dos Encargos Moratórios e Multa previstos nesta Escritura. A CETIP deverá ser comunicada com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.1.5. Caso os recursos recebidos pelo Agente Fiduciário na ocorrência de vencimento antecipado das Debêntures não sejam suficientes para quitar, simultaneamente, todas as obrigações relativas às Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (a) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, que não sejam os valores a que se referem as alíneas "b" e "c" a seguir; (b) pagamento de Juros Remuneratórios e demais encargos devidos nos termos desta Escritura; e (c) amortização do Valor Nominal Unitário. A Emissora permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiver sido pago, sem prejuízo dos encargos incidentes, enquanto não for pago, declarando a Emissora, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança por meio de processo de execução judicial.

VI. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor, a Emissora obriga-se a:

- I. enquanto houver Debêntures em circulação, cumprir as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
 - 1) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - 2) submeter suas demonstrações financeiras relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - 3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer do auditor independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de cada exercício social;
 - 4) manter os documentos mencionados no item 3) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - 5) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e às vedações à negociação;



damente
partir da

20

- 4) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 5.1. acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
- VI. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- VIII. manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos sejam feitos de todas as negociações e operações relativas a seus respectivos negócios e atividades;
- IX. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário no CETIP 21 até sua liquidação, arcando com os respectivos custos;
- X. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços relativos às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação, o Escriturador Mandatário, o Coordenador Líder e a CETIP;
- XI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, sendo que as despesas individuais acima de R\$2.000,00 (dois mil reais) ou as despesas mensais agregadas acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) devem ser, previamente acordadas com a Emissora, sem que isso venha a implicar, entretanto, em cerceamento dos direitos dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- XII. aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado nesta Escritura de Emissão;
- XIII. notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral pela Emissora;
- XIV. notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i)

[Handwritten signature]

impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;

- XV. convocar, em até 3 (três) Dias Úteis, Assembleia Geral para deliberar sobre quaisquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário, devendo realizar tal convocação nos termos da presente Escritura, não o faça no prazo aplicável;
- XVI. franquear acesso ao Agente Fiduciário, durante o horário comercial, dos seus registros contábeis da Emissora, mediante solicitação feita pelo Agente Fiduciário com 5 (cinco) dias úteis de antecedência;
- XVII. Obter, se aplicável, todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas a sua operação, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como a informar ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade;
- XVIII. independente de culpa, ressarcir o Agente Fiduciário e os Debenturistas de qualquer quantia que eles sejam compelidos a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Emissora, assim como deverá indenizar o Agente Fiduciário e os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista;
- XIX. manter sua contabilidade atualizada, de forma precisa e completa, e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil"), bem como sujeitar seus registros contábeis a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- XX. comparecer às Assembleias Gerais, sempre que solicitada; e
- XXI. enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM

28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social.

6.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá à Debênture na ordem de pagamento.

6.2.1. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

6.2.2. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere ao inciso XI, do item 6.1 acima, solicitar ao Debenturista adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora.

VII. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

7.1. A Emissora declara e garante nesta data que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, para celebrar a presente Escritura e os demais Documentos da Emissão, e emitir as Debêntures, bem como para cumprir todas as obrigações previstas nos Documentos da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- IV. esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas,

válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

- V. as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- VI. não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- VII. as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1.973, conforme alterada;
- VIII. a celebração, os termos e as condições desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão, e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (1) não infringem seus documentos societários; (2) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura; (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; e (4) não resultarão em (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem da Emissora; e
- IX. não tem conhecimento de qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

7.2. A Emissora se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por eventuais prejuízos, danos, perdas, custos ou despesas, desde que devidamente comprovados (incluindo custos judiciais e honorários advocatícios razoáveis), incorridos pelos Debenturistas em razão da falsidade, incorreção ou incompletude de quaisquer das declarações prestadas acima.

VIII. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

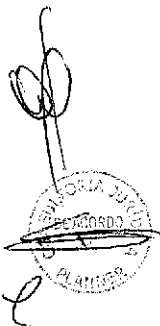
8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.1.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme item 8.3 abaixo.

8.2. Declarações

8.2.1. O Agente Fiduciário declara:

- I. não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3.º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- IV. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- V. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- VI. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- VII. ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e



existente de acordo com as leis brasileiras;

- VIII. que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- IX. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- X. aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado descritas no item 5.1 desta Escritura;
- XI. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XII. que não atua, nesta data, como agente fiduciário em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora;
- XIII. assegurar, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os Debenturistas;
- XIV. que verificou a veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, por meio das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- XV. que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

8.2.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da

Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.2.3. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures, ou pela CVM.

8.3.2. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, solicitando sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à (a) comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8.º da Instrução CVM 28 e (b) eventuais normas posteriores.

8.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.8. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso, na forma do item 4.13 acima.

8.3.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- V. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- VIII. verificar a regularidade da constituição da garantia real, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- IX. intimar a companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- X. solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- XI. solicitar, quando considerar necessário para o exercício de suas funções, de forma justificada e dentro dos limites da razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma do item 4.13 desta Escritura;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1.º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- 1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - 2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - 3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - 4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 5) amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal

Unitário, conforme o caso, pagamento de Juros Remuneratórios e Resgate Antecipado das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

7) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;

8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e demais documentos da Oferta;

9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e

10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões, conforme previsto no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;

XV. colocar o relatório de que trata o inciso XIV acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:

- 1) na sede da Emissora;
- 2) na sede do Agente Fiduciário;
- 3) na CVM;
- 4) na CETIP; e
- 5) no endereço do Coordenador Líder;

XVI. publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso XV

acima;

- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente de Liquidação, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente de Liquidação, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- XX. disponibilizar diariamente aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, o Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado pelo Agente Fiduciário através de sua central de atendimento e/ou *website* (www.fiduciario.com.br).

8.4.2. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- I. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- II. requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- III. executar a garantia real objeto do item 4.10 desta Escritura de Emissão, judicial ou extrajudicialmente, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o *pro rata* no

pagamento dos Debenturistas; e

- IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

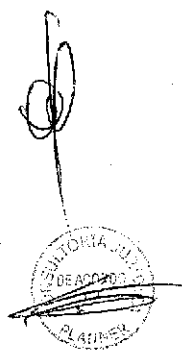
8.4.3. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4.2, incisos I a III acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, estes assim o autorizarem, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4.2, inciso IV acima.

8.5. Remuneração

8.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, o correspondente a uma remuneração anual de R\$ 14.000,00 cada uma, sendo o primeiro pagamento devido no 15º (décimo quinto) dia após a Emissão, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

8.5.1.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) Dias Úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora.

8.5.1.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.



8.5.1.2.1. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios (desde que observado o procedimento de contratação do melhor orçamento entre, no mínimo, três cotações de escritórios de advogados com reconhecida experiência satisfatórios aos Debenturistas), para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.5.2. As parcelas citadas no item 8.5.1 acima serão reajustadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

8.5.3. As parcelas citadas no item acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.5.5. A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e não inclui o pagamento de honorários a terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.5.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características e/ou garantias da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário, em comum e prévio acordo com a Emissora, a revisão dos honorários acima dispostos.

8.5.7. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, na forma prevista no item XI, do

item 6.1 acima.

8.5.7.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.5.7.2. As remunerações não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação, sem que isso venha a implicar, entretanto, em cerceamento dos direitos dos Debenturistas e do Agente Fiduciário. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora, que também deverão ser previamente aprovadas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da presente operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas.

8.5.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas e razoáveis. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.5.7.4. As despesas a que se refere este item 8.5.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas razoavelmente e de forma comprovada com: (i) publicações em geral, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos; (iii) locomoções entre Estados da Federação, alimentação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e (iv) despesas com *conference call* e contatos telefônicos e (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos

34

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: SECRETARIA JURÍDICA]

[Circular stamp: PLANEJAMENTO]

interesses dos Debenturistas.

8.6. Disposições Gerais relativas ao Agente Fiduciário

8.6.1. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor acerca de qualquer fato que seja de competência da Assembleia Geral de Debenturistas, comprometendo-se nesse caso, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao quanto previsto na Instrução CVM 28, na presente Escritura e nos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento de quaisquer responsabilidades adicionais.

8.6.2. Sem prejuízo do seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas dos documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, cabendo à Emissora, conforme o caso, elaborar tais documentos, nos termos da legislação aplicável.

8.6.3. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

IX. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

9.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando maioria simples das Debêntures em circulação, exceto as deliberações relacionadas à alteração (i) da Remuneração das Debêntures, exceto na hipótese prevista no item 4.5.7 (I e II), (ii) da Data de Vencimento das Debêntures, (iii) alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão; e (iv) do valor e data de amortização do principal das Debêntures, as quais dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90%(noventa por cento) das Debêntures em circulação e de prévia e expressa autorização da Emissora.

9.6. Para os fins de cálculo do quórum de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

9.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais.

9.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.10. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados o quórum nesta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.



X. NOTIFICAÇÕES

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

CARUANA S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS

Avenida das Nações Unidas, nº 11.541, conjunto 112

CEP 04.578-000, São Paulo - SP

At.: Fabio Kiyoshi Yakushiji

Tel.: (11) 5504-7899

E-mail: fabio@caruanafinanceira.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar

São Paulo-SP. CEP 04538-132

At.: Viviane Rodrigues e Tatiana Lima

Tel.: 11 2172-2628

E-mail: vrodriques@planner.com.br / tlima@planner.com.br /

fiduciario@planner.com.br

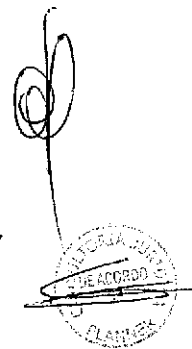
10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 1 (um) Dia Útil após o envio da mensagem.

XI. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes.

11.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na República Federativa do Brasil ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que



somente "Dia Útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

11.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.

11.8. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.9. A Emissora não poderá ceder quaisquer de seus direitos e obrigações decorrentes desta Escritura ou dos demais Documentos da Emissão, exceto mediante aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para tal finalidade.

XII. FORO

12.1. As Partes elegem, por este ato, o foro da Comarca da Cidade de São Paulo,

Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios decorrentes desta Escritura e das Debêntures, havendo formal e expressa renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

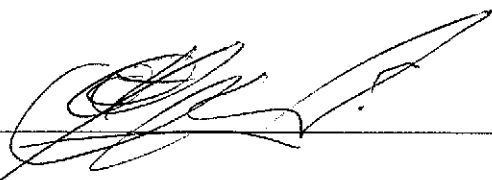
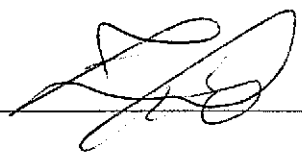
E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 15 de dezembro de 2014.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

[Página 2/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Caruana S.A. Participações e Empreendimentos]

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

	
Por: Tatiana Lima	Por: Zélia Souza
Cargo: Procuradora	Cargo: Procuradora



[Página 3/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Caruana S.A. Participações e Empreendimentos]

Testemunhas:

1.

Nome: **Cesário B. Passos**
RG: **RG: 43.633.910-9**

2.

Nome: **Aline Cunto**
RG: **RG: 33.532.253-0**

